

LEI Nº 6817, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Disciplina sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 12 Fica disciplinado por esta Lei o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, com caráter consultivo e fiscalizador, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 1° O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, órgão permanente, vinculado ao Gabinete do Prefeito, constitui-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil, para a formação de diretrizes para políticas públicas e ações na área de segurança alimentar e nutricional, sendo disciplinado pela presente lei. (Redação dada pela Lei nº 7791/2020)

Art. 2º Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA estabelecer diálogo permanente entre Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com objetivo de assessorar o Município de Criciúma na formação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3° Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma - COMSEA propor e pronunciar-se sobre:

I - as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;

II - os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município;

- III as formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- V a organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma - COMSEA estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

- Art. 4° O COMSEA será composto por no mínimo 12 (doze) conselheiros, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e entidades assistenciais de atendimento direto e 1/3 de representantes do governo municipal ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.
- § 1º Caberá ao governo municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.
- § 2º A definição dos representantes da sociedade civil deverá ser estabelecida na forma do seu regimento interno e homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- § 3º As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.
- § 4º O COMSEA será instituído através de decreto municipal contendo a indicação dos conselheiros governais e não governamentais com seus respectivos suplentes.
- § 5º Os Conselheiros suplentes substituirão os titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.
- § 6º O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA será de 2 (dois) anos, admitida a recondução.
- § 7º A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação à presidência.
- § 8º O COMSEA será presidido por um conselheiro, escolhido por seus pares.
- § 8º O COMSEA será presidido por um conselheiro representante da sociedade civil,

escolhido por seus pares. (Redação dada pela Lei nº 7791/2020)

- § 9º Na ausência do presidente ou vice, será escolhido pelo plenário presente um representante da sociedade civil para presidir a reunião.
- § 10 Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.
- § 11 O COMSEA poderá ter como convidados, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.
- § 12 A participação dos Conselhos no COMSEA, não será remunerada.
- Art. 5° O COMSEA Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.
- Art. 6° Cabe ao Governo Municipal assegurar ao COMSEA Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.
- Art. 7° O COMSEA Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.
- Art. 8° O COMSEA Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Criciúma elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.
- Art. 9° Revoga-se a Lei 4.548 de 23 de outubro de 2003 e demais disposições em contrário.
- Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Criciúma, 14 de dezembro de 2016.

MÁRCIO BÚRIGO Prefeito Municipal

ERICA GHEDIN ORLANDIN Secretária Municipal de Administração